

“Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.”

Gonzalo Adrián Rojas

Professor Dr. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) – Centro de Humanidades (CH) - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Título del trabajo:

Crisis capitalista, crisis política y fin de ciclo de los gobiernos “posneoliberales”.

Abstract

Este trabajo tiene como punto de partida una hipótesis, que estamos asistiendo en América Latina a un fenómeno político de inicio del fin de ciclo de un conjunto heterogéneo de gobiernos que presentaban elementos discursivos, en mayor o menor medida, críticos del neoliberalismo, ya sea en sus versiones autodenominadas “neodesarrollistas”, como en Brasil y en Argentina, o “nacionalistas”, como en los casos de Venezuela, Bolivia o Ecuador, para mencionar como ejemplos. Es una tendencia general, pero debemos reconocer que cada uno de esos gobiernos tiene especificidades que se expresan por la particular relación entre las alianzas de clases y fracciones de clase en el bloque en el poder en sus respectivas formaciones económico-sociales. El impacto de la crisis capitalista en América Latina, genera un inicio de crisis políticas que hace que la “alternativa” de posibilidades de continuidad de estos gobiernos tenga relación con el fortalecimiento de sus alianzas a derecha. La caída de los precios del petróleo y las materias primas, profundiza esta situación, mostrando que detrás del discurso neodesarrollista se escondía una política de reprimarización económica. Los acuerdos de Cuba con los Estados Unidos fortalecen esta tendencia.

Introdução:

Este trabalho é tributário da continuidade de pesquisas sobre os governos “pós-neoliberais” na América Latina a partir dos estudos de casos de Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Chile, entre 1999 e 2013 e o; estudos e onde casos de Uruguai e Equador, na América do sul foram inferidos. Entedemos que este tema está pendente ainda pendentes no âmbito acadêmico.

Tentamos caracterizar de diferentes formas a través da pesquisa geral e várias específicas no âmbito da pós-graduação na UFCG em estudos de mestrado e doutorado, assim como na graduação a través de diferentes projetos de iniciação científica as articulações entre as frações das classes no bloco no poder expressas por esses governos, conscientes que geram efeitos específicos sobre os aparatos de Estado e nas políticas públicas. Existindo forças sociais, movimentos sociais, localizadas fora do bloco no poder, mas que contribuem para interpretar tais governos estas foram incluídas, em termos Poulantzianos, a partir da noção de frente diferenciada da de aliança, sendo o primeiro mais flexível e com um programa mais difuso.

A política econômica desses governos foi tomada como um indicador da força da fração de classe hegemônica na composição do bloco no poder, cuja configuração em cada país parece repercutir-se na política externa e social dos Estados em cada formação econômico social-específica.

Assim como desde o triunfo eleitoral de Hugo Chávez em 1999, afirmamos que existia uma nova situação política na América Latina que fiz ascender um conjunto heterogêneo de governos muitas vezes denominados “pós-neoliberais”, em ausência de uma conceituação o suficientemente abrangente e melhor, e que isso foi produto de diversos conflitos que o próprio modelo neoliberal gerou e iniciou indagações e debates sobre o caráter desses governos que continuam até hoje; temos a crise capitalista mundial do ano 2008 e seu impacto com mais força em América Latina.

A partir de uma análise da crise capitalista mundial e seus desdobramentos, uma crise que caracterizamos como orgânica e não conjuntural que se manifesta a ritmos diferentes no planeta, entendemos que estamos em uma fase que bate com força na América Latina acabando com o boom de crescimento que permitia manter

em geral políticas macroeconômicas hegemônicas pela fração do capital financeiro nacional e internacional com políticas sociais de caráter compensatório muitas vezes denominadas liberal social.

Esta crise tem um profundo impacto nas condições de reprodução destes governos e isso gera uma maior dificuldade para seu triunfo eleitoral ou na necessidade de fazer pactos com setores da direita o que leva a uma tendência a maior a crises políticas.

Frente a isso entendemos que nos encontramos frente a uma nova situação política que obriga a continuar com nossas análises, a partir do acumulo, mas incorporando novos elementos para pensar si estamos ou não frente a um fim de ciclo.

Simultaneamente aparecem novos desafios para a esquerda anti-capitalista e socialista. Em tendemos que temos elementos analíticos desde o marxismo para contribuir a esta análise de conjuntura e destacamos a importante destas abordagens.

Marco teórico e hipótese:

No plano teórico geral, serão tomadas como referência às teorias das classes e política de Poulantzas, entendendo as formações econômico-sociais latino-americanas em suas relações com a cadeia imperialista (Poulantzas 1976 e 1999). No nível comparativo, utilizar-se-á da teoria da economia política comparada (Chilcote: 1998).

A noção governos “pós-neoliberais”, não é uma categoria de análise, não tem rigor analítica, sempre será usada entre aspas para poder agrupar e diferenciar os governos como o de Nestor e Cristina Kirchner de Carlos S. Menem na Argentina, o de Luiz Inácio “Lula” da Silva de Fernando Henrique Cardoso no Brasil ou o de Hugo Chávez de Carlos Andrés Pérez na Venezuela.

Excluimos considerar *a priori* que esses governos tenham deixado de ser neoliberais, senão que, por diferentes razões, tendo esgotado em grande medida a “legitimidade democrática tradicional” dessas políticas, devem realizar algumas mudanças nos planos: econômico, político e social e adaptar-se discursivamente, em diferente medida, a uma prédica em termos ideológicos de tom “pós-neoliberal”. Esta noção é preferível, na falta de um conceito melhor, que as de “progressistas” ou “centro-esquerdistas” usados também para caracterizar estes governos (Elías: 2006, Katz: 2006 e Borón: 2006)

As burguesias dos países latino-americanos, apenas podem ser analisadas no contexto da internacionalização das relações capitalistas, considerando América Latina como um campo específico de estudo, uma região, na região do político.

Os principais conceitos teóricos poulantzianos utilizados serão fração de classe e bloco no poder, os quais permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com os governos estudados.

A partir de Karl Marx no XVIII Brumário de Luis Bonaparte e na linha de Nicos Poulantzas entendemos que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominadas frações.

Pela sua vez o conceito de bloco no poder elaborado por Poulantzas refere-se à articulação das frações das classes dominantes sob a hegemonia de uma dessas. É um conceito que opera com dois aspectos básicos: a) a unidade contraditória da burguesia e b) o papel ativo desempenhado pelo Estado na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações.

Diferenciamos bloco no poder em Poulantzas de bloco histórico em Antonio Gramsci. Para o comunista italiano o Estado se encontra no interior da sociedade política de um determinado bloco histórico, que é a articulação entre a estrutura e a superestrutura num determinado momento histórico. A estrutura e a superestrutura seriam amalgamadas pelos intelectuais.

Também diferenciamos hegemonia em Gramsci do sentido utilizado por Poulantzas. Na obra de Gramsci o conceito hegemonia é mais amplo, já que se desdobra em hegemonia em relação ao Estado e a hegemonia em relação a um grupo social. Assim existe em Gramsci um movimento horizontal (no interior da classe dominante) e um movimento vertical (dominantes sobre dominados): o primeiro processo ocorre na sociedade civil, quando parte da classe dominante exerce o controle, usando as suas lideranças moral e intelectual, em detrimento das demais frações aliadas da classe dominante; e o outro processo ocorre quando uma classe dominante, assim constituída, possui a capacidade de usufruir de sua liderança política, moral e intelectual para impor sua concepção de mundo como universal, sobrepujando interesses e necessidades dos grupos subordinados.

O conceito de hegemonia para Poulantzas no tocante a um grupo social no interior de um bloco no poder. Com isso podemos colocar que Poulantzas tem uma visão menos abrangente do que Gramsci do conceito de hegemonia.

Continuando os conceitos de Poulantzas as frações burguesas são conceituadas como:

a) burguesia compradora, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro;

b) burguesia nacional, que é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista;

c) burguesia interna, a qual convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional, depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país, existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparatos de Estado em suas relações com o mencionado capital;

d) burguesia de Estado, que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal (Mutti e Segatti, 1979)

O autor greco-francês faz uma diferenciação entre os conceitos de aliança e de frente que será utilizado na forma apresentada na introdução.

Outro conceito importante que vamos utilizar do livro Poder político e classes sociais de Nicos Poulantzas é o conceito de cena política, que representa o espaço onde se manifestam as práticas políticas de classe, tudo isso através dos partidos políticos organizados. Neste mesmo sentido, sua diferenciação conceitual entre a classe reinante e classe dirigente e o conceito de autonomia relativa do Estado. Estas diferenciações analíticas são importantes para pensar o conceito de crise política, central neste trabalho.

Frente um conjunto de concepções de crise economicistas e evolucionistas, entendemos a crise política como uma “situação particular de condensação de contradições” Concordamos com Martuscelli quando afirma que:

“(…) a análise de Poulantzas acerca das crises, sejam elas políticas, econômicas ou ideológicas, aponta para a importância de compreender a especificidade do conceito de crise enquanto “situação particular de condensação de contradições”. Ao mesmo tempo, sublinha a necessidade de evitar que a sua caracterização caia em duas armadilhas muito comuns nos estudos sobre as crises: a) a de conceber a crise como um instante disfuncional de um sistema harmônico; ou b) a de entender a crise a partir de uma concepção mecanicista, evolucionista e economicista. No primeiro caso, segundo Poulantzas, as contradições e as lutas de classes inerentes à reprodução social são ignoradas em nome de uma concepção que caracteriza o desenvolvimento das sociedades como um sistema integrado e autorregulado. No segundo caso, a especificidade do conceito de crise é abolida, e este fenômeno passa a recobrir todo um estágio ou fase, denotando que uma determinada estrutura de produção encontra-se em “crise permanente e sempre presente”, e contendo, assim, de maneira latente em sua determinação lógica de desenvolvimento uma espécie de finalismo redentor. (MARTUSCELLI: 2012)

Caracterizações e novas hipóteses:

Inicialmente dividimos os governos “pós-neoliberais” na América Latina existem três blocos, cujas diferenças consistem em qual é a fração de classe fortalecida no interior do bloco no poder nos governos estudados.

A caracterização destes governos em nossa pesquisa foi a partir das seguintes hipóteses, tendo elementos para comprovar que não podemos apresentar neste trabalho.

a) Brasil e Argentina, países historicamente mais industrializados, apresentam um bloco no poder no qual a fração da grande burguesia interna melhorou sua posição relativa no interior deste, mas não conquistou a hegemonia, dado que até o momento essa continua sendo do grande capital financeiro nacional e internacional. Este fortalecimento da burguesia interna permite uma transformação no interior do modelo, nas relações de força entre as frações de classe, mais que uma mudança do próprio modelo concordando com muitos dos argumentos em seu momento apresentados pelos professores Armando Boito Jr. (Unicamp) e Lucio Flavio de Almeida (PUC-SP).

b) Venezuela e Bolívia, países com um baixo desenvolvimento capitalista e uma riqueza baseada nos recursos naturais, petróleo e gás, assistiram a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante no bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. No primeiro caso, emerge impulsionada por uma fração das Forças Armadas que tenta construir o movimento popular e, no segundo, tem como ponto de partida os movimentos sociais, fundamentalmente o camponês-indígena. Em ambos os países, observamos um processo de nacionalizações e de empoderamento do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares.

c) No Chile, o setor hegemônico no bloco no poder é a burguesia compradora integrada ao imperialismo estadunidense. Haveria uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdada do pinochetismo, no marco de uma economia complementar à dos Estados Unidos. Isso se articula com um Tratado de Livre Comércio bilateral baseado nas exportações de recursos naturais, nas quais, em troca de benefícios na venda de frutas, pescados, madeiras e minerais, se mantêm um nível de proteção tarifária menor ao de qualquer outro país sul-americano (Katz 2006). Este é o caso de maior aprofundamento e legitimidade das políticas neoliberais entre os países estudados.

Mas a partir da crise capitalista de 2008 e centralmente na tentativa de periodizar desde a morte de Hugo Chavez no ano 2013, entramos em um novo período que inicialmente, sem perder de vista que é um processo, estamos frente a um aprofundamento da crise capitalista, seu impacto nas economias latino-americanas e as possibilidades de combinação de uma crise econômica com crises políticas, o que poderíamos denominar como um “início de fim de ciclo dos governos pós-neoliberais” na América Latina. Utilizamos esta nova hipótese na perspectiva de tentar compreender que as condições econômicas e políticas de reprodução que deram por exemplo possibilidades de continuidade política a fenômenos como o Chavismo, o lulismo e o kirchnerismo, não existem mais.

Neste sentido utilizamos duas sub-hipóteses. A primeira é que, independentemente da questão eleitoral, são governos mais débeis cuja crise política pretende ser capitalizada por setores que denominaremos a “oposição de direita” e que eles mesmos praticam políticas mais à direita para se manter no governo. Por trás dos discursos neodesenvolvimentistas ou em nome do socialismo século XXI

encontramos países semi-coloniais, que não questionaram a divisão internacional do trabalho realizada pelo imperialismo e tiveram um processo de reprimarização. Isso fez estes países ficar vulneráveis as mudanças do preço das *commodities*, sua baixa no mercado mundial capitalista.

Conclusões:

Frente a estas mudanças no plano político regional num contexto de crise econômica com potencialidade de se transformar em crise política, que podem ser capitalizadas pelas oposições de direita ou pela direitização destes próprios governos “pos-neoliberais” isto abre novos desafios para uma esquerda classista, anti-capitalista, socialista, autônoma dos governos, dos patrões e do Estado focando sua intervenção na luta classes como desenvolveremos na apresentação na mesa.

Referencias:

ALMEIDA, L. F. R. de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez, 2012.

ARCARY, V.. 2011; **Um reformismo quase sem reformas:** uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann.

BOITO Jr., A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista** n. 21, Campinas, p. 52-76, novembro de 2005.

BORON, A. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 9-22, 1º semestre 2007.
_____; 2006; EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso.

CAETANO, G. (Org.); 2006; **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E.; 1998; **Desarrollo y dependencia em América Latina: ensayo de interpretación sociológica**. México D.F.: Siglo XXI,

COELHO, E.; 2005; **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

CHAVEZ, H.; 2003; **El golpe fascista en Venezuela**. Havana: La Plaza.

- CHESNAIS, F.; 1996; **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã.
- CHILCOTE, R.; 1998; **Teorías de política comparativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ELÍAS, A. (Org.); 2006; **Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- GARCÍA, M. A. Debate. Programa de governo do PT. A reconstrução da esperança. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 65, fevereiro-março 2006. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3316>
- GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional popular en acción. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, n. 19, p.25-32, enero-abril 2006.
- GRAMSCI, A.; 1986; **Notas sobre Maquiavelo, sobre Política y sobre el Estado Moderno In Cuadernos de la Cárcel**, volumen 1 (México: Juan Pablos editor).
- KATZ, C.; 2006; **El rediseño de América Latina. ALCA, MERCOSUR y ALBA**. Buenos Aires: Luxemburg.
- LANDER, E. (org.); 2005; **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas; São Paulo: Clacso.
- LOZANO, C. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- MARTUSCELLI, D. E.; Notas sobre o conceito marxista de crise política In ANPOCS, 2012. http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8046&Itemid=217
- MARX, K.; 2001; **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MIRZA, C.; 2006; **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- MOULIÁN, T. El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio. **Revista del OSAL**, Buenos Aires, n. 19, p.131-135, enero-abril 2006.
- _____; 1997; **Chile actual: Anatomía de um mito**. Santiago: LOM-ARCIS.
- MUTTI, A. e SEGATTI, P.; 1997; **A burguesía de Estado. Estructura e funções da empresa pública**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NEVES, L. M.W. (org.); 2010; **A direita para o social e a esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo, Xamã.

OLIVEIRA, F.; 2006; A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In BASUALDO, E. e ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. São Paulo: Clacso. _____; 2003; **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.45-54, janeiro-abril 2006.

PETRAS, J. América Latina: Cuatro bloques de poder. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 78-82, 1º semestre 2007.

POULANTZAS, N. 1990; **Las clases sociales en el capitalismo actual**. Madrid: Siglo XXI.

_____; 1976; **A crise das ditaduras. Portugal, Grecia, Espanha**. Petrópolis: Paz e Terra.

_____; 1978; **As Classes Sociais no capitalismo de Hoje**. 2ª Ed. Trad. Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zarrar Editores.

SADER, E. (org.); 2013; **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo.

SINGER, A.; 2012; **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras.

SVAMPA, M.; **El Estado de las luchas en Argentina**; artículo publicado en "Etat des résistances dans le Sud - Syllepse, (Paris)- CETRI (Louvain-la-Neuve). Diciembre de 2006.